



Foto: César Teixeira

José Luiz G. Amaral, Adson França (centro) e Edmund Baracat: Discussões sobre o Pacto Nacional

## Avanços na luta contra a mortalidade materna e neonatal

*Programa Nacional, criado com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e neonatal no País, comemora resultados. Dois anos após ter sido criado, apresenta números que comprovam significativa redução no índice de mortes*

No segundo aniversário do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, em 8 de março, os gestores e representantes da sociedade civil organizada já tiveram motivos para comemorar. De acordo com o Ministério da Saúde, a mortalidade infantil (crianças com até um ano de idade) caiu 8,7% e a neonatal (bebês com até 28 dias), 7,3%.

O coordenador do Pacto, Adson França, explica que os índices referem-se ao período de 2002 a 2004, porque a União leva em média dois anos para atualizá-los. “No entanto, mesmo diante de dados ainda vergonhosos do ponto de vista dos direitos humanos, sabemos que essas quedas refletem avanços, em parte já como resultado do primeiro ano do Pacto”, avalia.

Em 2002, a taxa de mortalidade infantil era de 25,1 por mil nascidos vivos, caindo para 23,1 dois anos depois. A de neonatal regrediu de 16,5 para 15,3 no mesmo período. Já a mortalidade materna manteve-se estável (2 mil mulheres ao ano), o que também gera otimismo, segundo França, diante do aumento das notificações como consequência das ações de combate.

Firmado em parceria com cerca de 160 representantes da sociedade, entre os quais a Associação Médica Brasileira, o Pacto foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em janeiro deste ano, como modelo de mobilização e diálogo social para promoção dos objetivos de desenvolvimento do milênio.

Ainda em janeiro, a redução da mortalidade materna, neonatal e infantil foi reafirmada como uma das prioridades operacionais do Pacto pela Vida, aprovado pela Comissão Intergestores Tripartite. “Ao compreender a magnitude dessa mortalidade, os gestores investirão mais e melhor nas políticas de saúde da mulher, da criança e do adolescente”, constata o coordenador.

França conta também que a AMB teve participação decisiva nos seminários, encontros e debates sobre o Pacto. Mais de 6,6 mil lideranças, entre gestores,

profissionais e representantes da sociedade, participaram de 189 eventos em todo o Brasil, levando a iniciativa ao conhecimento de 1,7 mil municípios. Como resultado, das 78 cidades com mais de 100 mil habitantes eleitas como prioritárias, 71 já têm ações articuladas. Além disso, 24 Estados e o Distrito Federal aderiram oficialmente ao Pacto.

De acordo com o secretário-geral da AMB, Edmund Chada Baracat, que também representa a entidade na Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto, “a qualificação dos profissionais diretamente envolvidos, a atualização da legislação e a participação efetiva da sociedade são grandes conquistas”.

Equipes de 190 maternidades passaram por seminários de atenção obstétrica e neonatal, num total de 760 profissionais, com a coordenação das Áreas Técnicas da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente e Jovem. Outros 1,5 mil profissionais foram qualificados na atenção humanizada à criança de baixo peso (método canguru) e 1,2 mil médicos e 1,2 mil auxiliares puderam se especializar em reanimação neonatal.

“A AMB esteve envolvida em diver-

sas ações do Pacto em conjunto com duas de suas Sociedades de Especialidade, a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), que tiveram papel fundamental na articulação política e nos seminários de capacitação”, ressalta Baracat.

Destacam-se, ainda, entre as principais ações do Pacto a instalação de centenas de comitês que analisam os óbitos maternos e suas causas, propondo novas políticas públicas, em âmbito estadual, regional, municipal e institucional; a ampliação da rede de bancos de leite humano para 186 serviços; a certificação de 21 novos hospitais amigos da criança, totalizando 329 no País; programas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez precoce; diversas medidas para evitar a transmissão vertical de HIV e sífilis; e a política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens, inclusive os privados de liberdade; além da incorporação do Plano Nacional de Política para as Mulheres e das resoluções da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Foto: Divulgação



Programa em funcionamento: encontro de trabalho no hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG)